

Bate-boca no Senado

Da Agência Estado

Dida Sampaio / AE

Durou um dia a trégua do ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) contra o governo, em respeito ao luto por Mário Covas. Pela manhã, em nota, ACM respondeu ao Palácio do Planalto que o acusa de divulgar "informações injuriosas". À tarde, em plenário, o senador foi obrigado a enfrentar os ataques dos adversários. Com a senadora Heloísa Helena (PT-AL) a discussão foi por causa das acusações de que ela votou contra a cassação de Luiz Estevão, no ano passado. Com o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), o bate-boca foi por causa das denúncias mútuas de desvio de verbas em órgãos controlados pelo PMDB e pelo PFL.

Heloísa foi a primeira a subir à tribuna. Em um discurso duro e emocionado voltou a chamar ACM de "canalha" por ter lançado suspeita sobre ela e sua família. Segundo ela, esta é a única forma de o senador baiano ouvi-la. "Vossa Excelência foi muito mal-acostumado, tem a síndrome do capitão-do-mato", afirmou, acrescentando que embora o mundo seja "preparado para os corruptos", ela fez a opção pela dignidade.

"Fui educada. Não fui domesticada e jamais o seria para servir aos grandes e poderosos como Vossa Excelência", disse a senadora. Em seguida, avisou que suas palavras contra o senador são "insignificantes" diante do que pode fazer em defesa de sua família. Ela pediu a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar todas as denúncias de corrupção, inclusive as que envolvam "muitos ex-alias"



HELOÍSA HELENA: "VOSSA EXCELÊNCIA TEM A SÍNDROME DO CAPITÃO-DO-MATO"

dos (do governo) que participaram de operações para abafar investigações". ACM respondeu que também quer a apuração, sem nenhuma restrição, de todas as denúncias de corrupção.

Irônico, ACM passou a repreender a senadora dizendo que ela iria se arrepender de estar lhe atribuindo adjetivos caluniosos e difamantes. "Se Vossa Excelência votou a favor da cassação, Vossa Excelência não deveria estar tão exaltada", afirmou. Segundo o senador, a apuração para saber se é possível ou não a violação do segredo de votação vai concluir que não houve violação, nem lista alguma.

Para responder aos ataques de ACM foi destacado o novo líder do PMDB, Renan Calheiros. Diante da insistência de Magalhães de interromper seu discurso, o senador alagoano lembrou um dos momentos mais acirrados do embate ocorrido entre o novo presidente do Senado, Jader Barbalho, e ACM, no ano passado.

"Não me permita repetir o senador Jader e pedir que Vossa Excelência fique caladinho aí", reagiu Calheiros. Ele cobrou de ACM a quebra de seu sigilo telefônico para ajudar nas investigações sobre uma suposta intervenção dele para que o Banco

do Brasil desse um empréstimo à prefeitura de São Paulo. Segundo Calheiros, há a suspeita de que ACM teria ajudado na obtenção do empréstimo para que o ex-prefeito Celso Pitta pagasse dívidas de R\$ 17 milhões para a construtora OAS.

ACM ofereceu seu sigilo telefônico e pediu que seja instalada uma CPI para apurar todas as denúncias, como defende a oposição. Mas ele disse que Calheiros tem envolvimento maior com empreiteiras que ele próprio tem com a OAS. "Vossa Excelência conhece Zuleide, não conhece?", atacou, de forma enigmática, completando: "Vossa Excelência fique certo de que não está imune, e sabe disso."

O senador baiano também rebateu as críticas de Aloysio Nunes. ACM afirmou que o ministro "passa agora a ser um locutor e, pior, de inverdades". Ele reitera as denúncias e cobra do secretário-geral providências para punir ou indiciar os responsáveis pelas irregularidades na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). "Se a Advocacia da União interferiu, quem foi punido pelos abusos cometidos?", pergunta, referindo-se à afirmação de Aloysio Nunes de que desde abril a Advocacia teria assumido a representação judicial do DNER.

Esgarçado pela ofensiva oposicionista do senador Antonio Carlos Magalhães, o PFL reúne hoje a sua Executiva Nacional para tentar aprovar a manutenção do apoio ao governo e, ao mesmo tempo, chegar a um entendimento interno que garanta a convivência com o grupo de ACM.